

I CONACSO – Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

## **Pesca Artesanal e os Impactos de Grandes Projetos de Desenvolvimento na Barra do Riacho**

**João Paulo Lyrio Izoton**

**GEPEDES – UFES**

**Resumo:** O presente artigo tem por objeto os pescadores artesanais da localidade de Barra do Riacho, que fica no município de Aracruz, litoral norte do estado do Espírito Santo. De ocupação tradicional, que remonta aos aldeamentos jesuítas do século XVI, essa região também é hoje um dos mais importantes parques industriais do estado concentrando cadeias produtivas ligadas à celulose e ao petróleo e gás. A instalação desses grandes projetos de desenvolvimento tem início com as primeiras prospecções da Petrobras em busca por petróleo, passa pela chegada da antiga Aracruz Celulose (Atual Fibria) na região e tem um novo boom com a descoberta das reservas de petróleo e gás do chamado Pré-Sal, que atraiu para a região novas plantas logísticas da Petrobrás e a construção de um estaleiro de plataformas de petróleo chamado Estaleiro Jurong Aracruz ou simplesmente EJA. Sendo a pesca artesanal uma atividade intensamente ligada às condições ambientais onde é praticada, cada um desses ciclos de desenvolvimento implicou em impactos diversos à atividade. A constante repetição de processos de discussão, planejamento, licenciamento e instalação desses grandes projetos na região suscita reflexões e estratégias de ação por parte dos pescadores, que serão discutidos no presente texto.

**Palavras-chave:** Pesca Artesanal, Impactos Socioambientais e Desenvolvimento

As questões referentes a esse trabalho se desenrolam no município de Aracruz, conforme já descrito, que se localiza a 83 km ao norte da capital do Espírito Santo, Vitória. Com 81.832 habitantes distribuídos em um território de 1.436 quilômetros quadrados (IBGE 2010), Aracruz figura entre as maiores economias do Espírito Santo, além de estar entre os cinco maiores PIB *per capita* do Estado.

A Barra do Riacho é um distrito do município de Aracruz, na divisa do mesmo com o município de Linhares. Segundo o censo de 2010, a Barra do Riacho contaria com 6.042 moradores. Localizada na foz do rio Riacho, a sua origem pode ser datada à época colonial, no processo de formação e dispersão dos aldeamentos jesuítas dos Reis Magos, que daria origem a várias vilas litorâneas nesse recorte de costa que vai de Nova Almeida, no município da Serra, à vila de Regência Augusta (município de Linhares), na foz do rio Doce (MOREIRA, 2005).

Destaque na produção industrial no estado, o município de Aracruz é, desde a década de 1970, o maior produtor de celulose branqueada do Brasil. A empresa responsável por esse desempenho possui no município sua planta industrial e um porto (e uma mini ferrovia que liga um ao outro), além de extensos eucaliptais. Esse complexo industrial localizado

na Barra do Riacho foi até então, o mais notável contribuinte para os expressivos resultados econômicos do município segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (2010). No entanto, a constituição desse complexo industrial implicou também na criação de um grande passivo socioambiental junto às comunidades que ocupavam o território tradicionalmente, a saber: comunidades indígenas (tupiniquim e guarani), camponeses e pescadores artesanais. No processo de aquisição das terras para o plantio do eucalipto, a empresa se valeu primeiro da doação de terras devolutas do Estado e, em um segundo momento da aquisição, muito questionada, de terras junto às populações locais.

Sobre esse processo de instalação da papelreira e as populações atingidas na região há uma extensa bibliografia, sendo o tema recorrente na discussão do socioambientalismo capixaba (LOUREIRO, 2006; MARACCI, 2005; CICCARONE; 2001). Apesar do grande impacto já sofrido por essas comunidades um novo “boom” de megaprojetos na região – associado principalmente à exploração do Pré-Sal – está em curso, ampliando ainda mais os impactos sobre os meios social e ambiental.

A descoberta do Pré Sal no litoral do Espírito Santo, transformando o estado no segundo maior produtor de óleo do Brasil, tornou a região em um espaço privilegiado para as atividades ligadas à cadeia petrolífera. Esse novo momento da atividade industrial incrementa as estruturas industriais já existentes, ampliando-as ou se valendo de seus setores logísticos. (MEIRELLES; CALAZANS, 2013, p.254)

A Barra do Riacho em especial, recebe uma das mais vultosas obras desse novo momento da economia nacional e regional: a instalação do Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) – responsável por construir plataformas que permitam a exploração do Pré-Sal. A chegada do EJA traz consigo mais conflitos, em especial com a comunidade pesqueira da Barra do Riacho, objeto desse trabalho. Nesse sentido, a tabela abaixo demonstra alguns destes conflitos.

TABELA 1

(Grandes Empreendimentos que Já Atuam na Barra do Riacho)

	ARACRUZ/FIBRIA	PETROBRAS	JURONG
TIPO DE EMPRESA	CONSÓRCIO VOTORANTIM+BNDDES	EMPRESA PÚBLICA	TRANSACIONAL (SEMBCORP MARINE)
PRODUTO	CELULOSE BRANQUEADA	PETRÓLEO E GÁS	NAVIOS-SONDA
INSTALAÇÃO	DÉCADA DE 70	DÉCADA DE 60	2012
IMPACTOS	RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL PELA MONOCULTURA	SÍSMICA	SUPRESSÃO DE ÁREA DE PESCA

	DESMATAMENTO	SUPRESSÃO DE ÁREA DE PESCA (PLATAFORMAS E GASODUTOS)	DERROCAGEM E DRAGAGEM
	APROPRIAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	DERRAMAMENTO DE ÓLEO	SUPRESSÃO DE RESTINGA
	POLUIÇÃO HÍDRICA E ATMOSFÉRICA	VAZAMENTOS DE GÁS	SUPRESSÃO DE ÁREA DE PESCA
	SUPRESSÃO DE ÁREA DE PESCA (PORTOCEL)		

Além das empresas citadas acima, operam também na região a EVONIK DEGUSSA e a CANEXUS, empresas químicas responsáveis pela produção de Peróxido de Hidrogênio e Soda Cáustica e Ácido Clorídrico respectivamente. Essas atividades altamente poluentes contribuem para criar na região uma sensação muito forte de poluição, seja pela emissão sem tratamento do esgoto da EVONIK DEGUSSA no rio Riacho, sejam as simulações realizadas periodicamente nas escolas da região de evacuação diante de um possível vazamento de produtos químicos pela CANEXUS.

Além dessas indústrias, outros grandes empreendimentos são previstos para a região, como a IMETAME, a Carta Fabril e mais recentemente o porto da NUTRIPETRO.

Ao passo que a região da Barra do Riacho desponta como um dos maiores parques industriais do Estado, persiste na região uma atividade ligada à ocupação tradicional da região: a pesca artesanal, ou familiar, como muitos pescadores se referem à atividade que praticam.

A despeito da reconfiguração daquela região pela atividade industrial, a pesca artesanal na Barra do Riacho – assim como em outras vilas litorâneas do Espírito Santo – se mantém como uma atividade de destaque. Dados oficiais sobre a atividade pesqueira de Aracruz indicam, segundo o relatório do macrodiagnóstico da pesca marítima do estado do Espírito Santo (SEAP, 2005) que atuavam na região por volta de 700 pescadores artesanais, e uma frota pesqueira de 150 embarcações de pequeno a médio porte.

A Associação de pescadores da Barra do Riacho possuía a época do referido relatório, 120 associados. Sobre a atividade da pesca artesanal, convém resgatar a caracterização que Antonio Carlos Diegues fez, dizendo que a mesma é:

[...] a única e última atividade humana de caça realizada em grande escala. A mobilidade dos recursos pesqueiros no ecossistema marinho marcado pela complexidade dos fenômenos naturais é, em grande parte, responsável pela imprevisibilidade da captura com reflexos imediatos na própria

organização da produção e do mercado. As modalidades de relações sociais entre os agentes da produção parecem ser influenciados pelas condições naturais em que se realiza essa atividade (DIEGUES, 1983, p. 6).

As condições nas quais os pescadores da Barra do Riacho desenvolvem suas atividades vêm passando, desde a década de 1970, por alterações significantes nos ambientes terrestres, fluviais e marítimos ocasionados pelo desenvolvimento industrial. Os impactos dessas alterações foram sentidos e contornados pelos pescadores artesanais que conseguiram se manter na atividade desde então.

Com a abertura desse novo momento de desenvolvimento impulsionado pelo Pré Sal, além dos empregos prometidos, também são previstos mais impactos sobre o ambiente onde os pescadores desenvolvem suas atividades. Diante de um cenário no qual os habitantes e usuários tradicionais dos recursos em questão – das terras à água – têm o acesso a esses recursos postos em xeque, diante da expansão industrial, costumeiramente planejada longe dali, reúnem-se então elementos para caracterizar o que Gustavo Lins Ribeiro conceitua como “drama desenvolvimentista”, no qual *outsiders* subsidiados por elites técnicas sequestram o destino das comunidades locais, alijadas do direito de planejarem o futuro dos recursos dos quais usufruem (RIBEIRO, 2008).

Convergindo com Ribeiro, TRIGUEIRO e KNOX nos trazem a seguinte reflexão acerca do processo de expansão industrial no litoral do Espírito Santo:

Os riscos disso continuam sendo a invisibilização dos modos de vida daqueles grupos cujas formas de solidariedade e as fontes de coesão sociais são permeadas por uma relação menos utilitarista com a natureza e cujos processos de trabalho resguardam um tipo de saber constituído coletivamente ao longo das gerações. (TRIGUEIRO & KNOX, 2013, p. 10).

Seguindo neste sentido, para além das diferentes estratégias adotadas pelos pescadores para o convívio com os grandes empreendimentos que se instalaram na região, convém realizar uma reflexão acerca dos diferentes ciclos de desenvolvimento pelos quais passou o Espírito Santo, possibilitando a constituição desse cenário.

Sendo o Espírito Santo um estado que tem seu marco de industrialização na segunda metade do século XX graças à vinda de grandes empreendimentos – portuários, siderúrgicos e de celulose – as mudanças geradas a partir desse marco sempre deram um bom ponto de partida para reflexões e investigações científicas.

Os próprios documentos oficiais do Estado apontam para a importância socioeconômica desse processo. Em um processo desenvolvimentista guiado pelo Estado chamado de “Plano Nacional de Desenvolvimento” (PND), plantas industriais passaram a ser

planejadas e instaladas no Espírito Santo. Vieram para o estado projetos como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (antiga CST, atual ArcelorMittal), a Companhia Vale do Rio Doce (extinta CVRD, atual VALE), a SAMARCO Mineração e a própria Aracruz Celulose (atual FIBRIA). Em um diagnóstico acerca das mudanças desencadeadas pelos PND's o livro "Trajetória Político-Institucional do Estado do Espírito Santo", publicado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) nos diz que:

[...] a partir de meados da década de 1960, no contexto da aceleração do desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil, a trajetória da economia estadual, constituída predominantemente por relações familiares de produção, sofreria mudanças substanciais. A economia estadual seria inserida nos novos circuitos de expansão e acumulação do capital, tendo a industrialização como principal vetor desse processo. Com isso, a economia passou a crescer a taxas superiores as da economia nacional, o que veio produzindo significativos impactos na dinâmica social, econômica, política e cultural do Estado (IJSN, 2010, p. 30).

Frutos de uma bem sucedida articulação entre interesses regionais e nacionais, os Planos Nacionais de Desenvolvimento se desenrolaram em um ambiente político de pouca participação ou transparência, o que impedia a maior participação da sociedade brasileira nesses empreendimentos e a discussão das suas consequências (LOUREIRO, 2006).

Para ANETE IVO (2012) a ação dirigida pelo Estado à época da ditadura não superaria a concentração de renda, propriedade e poder. Esse debate de caracterização da modernização brasileira realizada a partir do modelo desenvolvido pelos militares (a chamada modernização autoritária) foi permeado por críticas ao seu caráter conservador. Nas palavras da autora:

Esse caráter se vincula e se restringe ao progresso técnico e ao crescimento econômico altamente concentrador, sem mudança significativa da distribuição de renda e das relações políticas e sociais assentadas numa cultura política patrimonial e autoritária. Essa crítica singulariza a questão social em países caracterizados por extrema pobreza, altos índices de desigualdades sociais e por um Estado de Bem-estar incompleto, como o Brasil, que deixou à margem da cidadania a maioria dos trabalhadores brasileiros, fora da proteção dos direitos do trabalho, reduzidos à condição de reprodução da vida no nível de pura sobrevivência. (IVO, 2012, p. 94).

As consequências desse modelo de desenvolvimento caracterizado como modernização conservadora abrangeriam um amplo espectro da vida nacional. Dimensões sociais políticas e institucionais se moldariam a partir da necessidade de legitimar o modelo concentrador de renda e poder. O efeito óbvio desse movimento é a ampliação do padrão de desigualdade "o que, no caso brasileiro, produziu uma massa de excluídos e padrões de desigualdade de renda extremamente elevados entre trabalhadores, grupos e ou regiões" (IVO, 2012, p. 195).

No Espírito Santo, segundo diagnóstico realizado pelo “ES 2025” – planejamento elaborado por um conjunto de empresas consorciadas na organização Espírito Santo em Ação, e que tem norteado o planejamento de ações do Estado para o desenvolvimento – que aponta “um conjunto de impactos negativos” caracterizados como “cicatrices no tecido social”, um cenário que poderia ser traduzido da seguinte forma:

Excelentes indicadores econômicos ao lado de baixos indicadores de escolaridade, longevidade e acentuada desigualdade social, resultando em crescentes índices de violência, revelam que, no Espírito Santo, o “econômico” e o “social” trilharam rumos diferentes, com uma distribuição desigual dos benefícios gerados pelo ciclo de desenvolvimento (MACROPLAN, 2006, p.21).

Discutindo os impactos dessa relação entre Estado e grandes projetos, Marilda Telles nos aponta que na região de Aracruz:

O discurso desenvolvimentista empresarial respaldado pelo Estado estimulou uma migração enorme de trabalhadores em busca da promessa de emprego, principalmente por ocasião das implantações das fábricas de celulose. Hoje, encontra-se milhares de ex-trabalhadores, muitos mutilados pelo trabalho danoso (acidentados motosserristas, por ex.), que foram demitidos como resultado de um processo violento e nefasto de automatização e terceirização. A perda da dignidade dessas pessoas é explícita quando constatada a existência de um alto índice de prostituição infantil nos bairros onde os ex-trabalhadores residem, como é o caso da comunidade de Barra do Riacho em Aracruz, vizinha do complexo fabril e onde situa-se o porto da empresa (Portocel) (MARACCI, 2005, p. 2).

Salientamos ainda que contribuíram para esse cenário o baixo grau de organização das comunidades diretamente atingidas pelo processo, à falta de legislação específica e a ausência de órgãos ambientais reguladores. Nesse sentido, acerca desse limite institucional da industrialização dirigida pelo governo ditatorial, Zorzal nos diz que “mais do que isso, os grandes interesses que aqui aportaram investiram pouco no sentido de garantir um padrão político e institucional condizente com a magnitude das mudanças em curso na sociedade e economia capixaba.” (ZORZAL, 2010, p. 37).

Dessa forma, compreendemos que se por um lado às implicações de um desenvolvimento de cima para baixo acentuou o caráter excludente, patrimonialista e hierarquizador da sociedade no Espírito Santo – gerando um insulamento da classe empresarial e política diante do restante da população – por outro, essas novas formas de apropriação do espaço implicariam também em duros revezes para as populações que dependiam de uma relação privilegiada com o ambiente para a manutenção de seu modo de vida.

A despeito destas populações apresentarem muitas vezes um domínio e conhecimento sobre os locais de instalação de grandes projetos maiores que os próprios técnicos

responsáveis pelo mesmo, desenvolvendo um “*conhecimento sofisticado da dinâmica dos ecossistemas e pela criação de sistemas eficazes e ecologicamente sustentáveis de manejo da flora e da fauna*” (DIEGUES, 1997) esse tipo de saber não só tende a ser desconsiderado mas, em casos mais extremos como o da instalação de grandes projetos, essas mesmas populações se veem expropriadas do território no qual desenvolvem suas atividades econômicas sociais e culturais seu território (DIEGUES, 1997).

Esse novo momento do desenvolvimento local, alicerçado em novos empreendimentos – portos, siderúrgicas e empresas da cadeia produtiva do petróleo e gás – elegeu o litoral do Espírito Santo como local privilegiado para a sua realização.

Talvez a mais vultosa obra dessa “terceira onda” seja a instalação do EJA, cercada de polêmicas, desde o seu anúncio até a execução da obra. O processo de licenciamento foi causa de protesto dos servidores do órgão ambiental responsável, o Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), que se posicionaram contra a emissão da licença por julgar que os estudos realizados eram insuficientes. No entanto, a pressão política pela execução do projeto encontrou terreno fértil na direção do órgão, que emitiu a licença contrariando os laudos técnicos produzidos pelos profissionais daquela instituição.

A intermediação do poder público pela instalação dos empreendimentos ficou evidente na Audiência Pública de instalação do EJA, onde as palavras da então diretora do instituto responsável pelos estudos ambientais no Espírito Santo registrada em ata foram que:

O IEMA está dando um tratamento diferenciado a esse processo, pois, trata-se praticamente de uma concorrência entre os estados brasileiros. As características desse empreendimento interessam ao Estado; serão gerados uma quantidade significativa de empregos mesmo depois na Operação, vai diversificar a economia do Estado, será de longa duração (IEMA, 2010, p. 3)

Esse posicionamento da direção do IEMA nos faz refletir acerca da orientação do estado do Espírito Santo, enquanto ente federativo, diante do novo momento econômico pelo qual passa o Brasil. Numa afirmação que explicita a concorrência entre estados em busca dos grandes empreendimentos, o papel do órgão regulador das questões ambientais parece haver se confundido com aquele que seria mais logicamente atribuído a uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico e/ou Industrial.

O que assistimos, portanto, é a construção de uma nova sinergia entre o poder político local e grupos empresariais estrangeiros (O grupo Jurong é de Cingapura) no intuito de garantir a viabilidade dos empreendimentos na região. Assim, se por um lado durante a execução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento na época da Ditadura, a participação

popular na discussão desses empreendimentos era contida pela ausência de instituições democráticas, de órgãos públicos ambientais e de legislação específica, hoje a participação em audiências públicas, manifestações e mobilizações contra esses empreendimentos parece haver encontrado nas instâncias responsáveis pela permeabilidade do Estado a essas demandas, ouvidos moucos.

Nesse aspecto, concordamos com Ribeiro (1991) que junto com Rist (2008) apontam que a compreensão acerca desse processo tende a variar, a depender do ponto de vista adotado. Essas diferentes perspectivas advém da noção de que existem sujeitos ativos, que planejam o desenvolvimento – geralmente contando com um suporte técnico cientificamente qualificado – e que existem outras pessoas que desempenham o papel de sujeitos passivos desse processo de planejamento – e, portanto transformadas em “objetos dos imperativos do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008).

Nesse aspecto, identificamos que a quantidade e a sobreposição desses impactos sobre a atividade pesqueira tem sido deflagradora de várias ações por parte dos pescadores diante dos empreendimentos. Por exemplo, diante de impactos na atividade causados pela Fibria, por duas vezes os pescadores artesanais da Barra do Riacho já ocuparam o PortoCel, responsabilizando a empresa e as barragens que a mesma mantém no Rio Riacho para o abastecimento da sua fábrica pelo assoreamento que impedia a saída dos barcos de pesca para o mar. O relato abaixo, do presidente da associação de pescadores, descreve esse processo de ocupação do PortoCel:

“Aí nós fomos e ocupamos a Fibria. Fechamos mesmo. Nunca ninguém tinha feito isso aqui. Então chegamos lá, fechado, o pessoal deles veio ficou tudo maluco porque nunca tinha visto... Fizemos o seguinte ficamos lá, até chegar às máquinas para abrir a boca do rio. Quando abrisse nós sairíamos. Nosso primeiro trato foi só esse. Aí ficamos lá até umas cinco horas, dia todo até as cinco horas. Caminhão tudo lotado lá, tudo do lado de fora. Nem a comida nós deixamos passar. Então chamaram o, falaram com o prefeito, o prefeito no instante mandou chamar as máquinas. Então mandou as máquinas. “Agora se fechar novamente e vcs não tomar providencia agente vem novamente”. Felizmente, infelizmente, um mês depois novamente fechou. Novamente (ocuparam o porto), mas dessa vez fomos com mais, aí já foi umas 300 pessoas.

Em outro momento, o conflito deflagrado pela apreensão de redes de pesca de uma maneira considerada injusta pelos pescadores da Barra do Riacho, resultou em uma manifestação às portas da sede do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) em Vitória. Um aspecto interessante a ser considerado nesse outro momento de conflito é o aluguel de um ônibus pela então Aracruz Celulose para a ida dos pescadores à capital. O processo é descrito por um pescador da seguinte maneira:



“Na época primeira vez eles tomaram a rede do pessoal. Seis redes balões. Era uma sexta feira, aí nos fomos pro PORTOCELL. Era um tal de Iberê. Não sei se ele ainda tá lá. Aí nós tivemos um arranca rabo com a Polícia Federal. Aí eles tavam com a caminhonete, os caras com a metralhadora tudo em pé. E os caras com o balão em cima da caminhonete. Aí falaram assim “Ademar, autoriza aí nós subir em cima da caminhonete, vamo tomar o balão, vamo pegar tudo.” Aí eu falei não, calmaí. Vamos conversar primeiro, e os caras tão tudo armado. Ó hoje é sexta-feira aí segunda-feira vocês vão lá no IBAMA pra gente resolver. Aí conversamos com o pessoal da Aracruz e eles deram um ônibus pra gente. Aí fomos pra lá. Lá foi feito o negócio. Nós levamos cinqüenta homens. Prendemo eles lá da nove da manhã até as nove da noite. Até a hora que a Polícia Federal numa veraneio, os caras desceram assim, subiram tudo armado. Aí o delegado desceu e perguntou “quem é o responsável pelos pescadores”? Sou eu. Era eu e o Juarez né. Falei somos nós. Aí conversamos com ele. “Vou lá em cima ver que eu resolvo pra vocês.” Aí subiu, vinte minutos eles desceu. “Pode ir embora, quarta-feira eles vão devolver o balão de vocês.” Aí vieram, tinham pego seis balões, devolveram oito” (Risadas)

O que se observa é que, diante de situações consideradas injustas e extremas – como a impossibilidade de sair para pescar em decorrência do assoreamento da foz do rio Riacho, ou da apreensão do material de trabalho – que impossibilitam a pesca artesanal, a solidariedade entre os pescadores toma a forma de uma ação coletiva, na busca pela reparação do dano causado.

Além desses conflitos descritos, outros, mais recentes, mostram também como a relação com os empreendimentos pode ser vista de maneira dúbia. Se por um lado a chegada da Jurong traz consigo mais impactos diretos sobre a atividade, por outro permite que certas ações, antes impensadas, tomem lugar. Como, por exemplo, uma faixa criticando a Fibria pelos impactos causados à atividade pesqueira em uma festa realizada pelos pescadores; festa essa que contou com o patrocínio de outros empreendimentos instalados na região como a Petrobrás e a Jurong.

Apesar desses exemplos, a relação dos pescadores com os empreendimentos geralmente foge do conflito aberto. Reconhecendo a assimetria de poder na relação, onde os pescadores se veem como “pequenos” e pouco importantes diante do poderio político e econômico das empresas, a relação tende a ser uma diplomacia exercida na maior parte das vezes por seus representantes legais, das associações de pescadores.

Diante desse cenário de desastrosos impactos no ambiente natural, transformações sociais e culturais também vão ocorrendo na atividade pesqueira. Assim, o pescador, o individuo que possui o saber e os meios necessários para ir ao mar encontrar o peixe, e voltar à terra em segurança para comercializá-lo, vai ficando refém da sua própria inviabilidade,

dependendo cada vez mais de discursos e performances que garantam o acesso à benefícios (em especial financeiros) oriundos da força da sua representação junto ao Estado.

Nesse sentido, outras habilidades passam a ser valorizadas, como a capacidade de proferir um discurso eloquente, comportar-se de acordo com o exigido nos espaços públicos decisórios (como audiências públicas) e manter um bom relacionamento com os representantes dos empreendimentos.

Nesse sentido, o relacionamento com a expansão industrial via grandes projetos acaba ensejando também uma saída digna para a manutenção econômica dessas famílias, pelo menos entre aqueles que conseguem estabelecer algum tipo de trânsito entre as atividades pesqueira e industrial. Muitos recorrem ao trabalho nas indústrias ou na construção civil em épocas de maior dificuldade para o exercício da pesca. Como podemos observar no seguinte relato obtido junto a um pescador da Barra do Riacho:

“Eu comecei a pescar com uns 13 anos né. Aí depois completei 18 anos, aí trabalhei muito tempo fora, trabalhei uns 15 anos empregado, aí depois voltei a pescar de novo. Trabalhei na Christian Wilson né, trabalhei topografia né. Trabalhei aqui, em Vitória, Rio Grande do Sul. Trabalhei 5 anos no RS. O nome da cidade era Rio Grande, 370 km sul de Porto Alegre.”

A posse de um conhecimento específico – o da variação das marés, do vento e do comportamento do peixe – nesse caso vale menos do que a licença da Marinha para a condução de embarcações, reduzindo a existência dos pescadores artesanais ao seu registro junto ao Estado, e a percepção dos mesmos pelos estudos prévios dos empreendimentos, que os enquadrarão como “impactados” ou “não impactados” pela instalação do mesmo.

Se por um lado, os agentes públicos do desenvolvimento (mesmo entre aqueles em tese responsáveis pela mensuração dos impactos ambientais na região) e os consórcios responsáveis pelos empreendimentos aparecem como planejadores do futuro daquela região à qual são alheios, os pescadores artesanais da Barra do Riacho aparecem como expectadores do processo desenvolvimentista, no qual tem pouca força decisória dada a disparidade existente entre os níveis de especialização, capitalização e operação existentes no mesmo. Tomando emprestadas as palavras de Ribeiro (2008):

A existência desses dois tipos de sujeitos mostra que a apropriação das iniciativas desenvolvimentistas depende altamente de duas variáveis diferentemente distribuídas internamente ao drama desenvolvimentista. Uma é acesso a poder, a ser capaz de controlar seu próprio ambiente e evitar ser o objeto da vontade de *outsiders* ou dos imperativos de forças estruturais expansionistas e sem rosto. A outra é acesso a conhecimento

e informação que capacitem os atores a entender o que está acontecendo e, mais importante ainda, o que vai acontecer com eles. (RIBEIRO, 2008, p. 122).

Nesse sentido, para além da inversão também discutida por Ribeiro (2008) entre *insiders* e *outsiders* na iminência da realização de grandes projetos de desenvolvimento, os pescadores artesanais da Barra do Riacho passariam por um duplo processo de expropriação. Submetidos em uma relação de poder que lhes é prejudicial, eles não só se veem na iminência de perder o território no qual desenvolvem suas atividades, mas também são expostos a meios decisórios que fogem ao seu léxico habitual de ação. Como diz Leonardo Bis:

Populações que não dominam mecanismos retóricos amplamente aceitos na sociedade ou no(s) campo(s) de atuação, enfrentam obstáculos – às vezes intransponíveis dadas as condições – no processo de legitimação de suas ações. No caso de populações com fortes vínculos com os ciclos ambientais, em comparação com discursos científicos e técnicos pautados em preceitos positivistas, a desqualificação das ações e dos discursos são constantes (BIS, 2009, p. 136).

Nesse sentido, fazendo coro a Bourdieu, que descreve esse conflito de racionalidades da seguinte forma:

Aqueles que colocam a pergunta ritual dos os obstáculos culturais ao desenvolvimento econômico interessam-se de modo exclusivo pela “racionalização” das condutas econômicas e descrevem como resistências, imputáveis somente à herança cultural, todas as omissões para com o modelo abstrato da “racionalidade” tal como a define a teoria econômica. Paradoxalmente, a mesma filosofia do desenvolvimento econômico que reduz a antropologia a uma dimensão da economia produz a ignorância das *condições econômicas* que determinam a adoção de um comportamento econômico “racional” e pretende que o homem das sociedades pré-capitalistas acabe se convertendo em homem “desenvolvido” para poder desfrutar das vantagens econômicas de uma economia “desenvolvida” (BOURDIEU, 1979, p. 11).

Sem querer atribuir aos pescadores uma existência pré-capitalista – negada inclusive por eles que também enxergam a inclusão na sociedade de consumo como um valor almejado – também não podemos desconsiderar que a atividade pesqueira implica em uma relação com o ambiente que extrapola a racionalidade econômica que jaz por detrás do planejamento econômico.

Mais do que isso, a relação diferenciada dos mesmos com os recursos em disputa implica em uma dependência maior dos mesmos que condicionaria a sua própria existência. Se, por um lado atividades industriais têm por característica justamente sua possível

replicação, em diferentes espaços, por outro o pescador que aprendeu a pescar em determinado lugar e com determinados modos de pesca, provavelmente terá dificuldades em adaptá-las a outro lugar. Em um caso mais extremo, mesmo a disposição para o abandono da pesca em favor do ingresso na atividade industrial acaba por esbarrar em outro fator limitante: o acesso à educação formal e qualificação profissional. Nesse sentido, o seguinte relato é exemplar desse limite:

“Porque geralmente o pescador pra pesca, deixa de ser pescador. Pra ser pescador ele tem que viver só da pesca. Agora os filhos conseguem. Conseguem um ou outro né, porque depende da qualificação né. Porque hoje eles estão exigindo qualificação que agente não tem. Traz um monte de indústria pra cá, era uma comunidade pesqueira, passa a ser uma comunidade industrial E a qualificação? Não tem. Agora que eles estão procurando qualificar, mas agora, daqui há dez anos, já era.”

A tônica da participação dos pescadores artesanais da Barra do Riacho diante das mudanças impressas pela “terceira onda” de desenvolvimento capixaba suscita a discussão de Pierre Bourdieu acerca das tensões subjacentes ao fenômeno, que para o autor:

A adaptação a uma ordem econômica e social, qualquer que ela seja, supõe um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas, solidárias a um *ethos* que permitem agir com razoáveis probabilidades de sucesso. (BOURDIEU, 1979, p.18).

Por outro lado, ao passo que a ausência de qualificação se coloca como um impedimento para a participação dos pescadores (e outros setores da população da Barra do Riacho, que também não tiveram acesso ao tipo de educação exigida para o engajamento nos empreendimentos) no empreendimento, por outro lado este último não se paralisa diante da ausência de mão de obra qualificada na região, pois tem condição de alocar essa mão de obra qualificada de outras localidades. Nesse sentido, Gustavo Lins Ribeiro nos diz o seguinte:

Como cultura e educação são determinantes estruturais dos modos de vida das sociedades, e não mudam no ritmo que os projetos de desenvolvimento requerem, expatriados ou outsiders de outras regiões de um mesmo país são freqüentemente enviados para compensar deficiências locais. Seu compromisso com a vida local é temporário. Eles são usualmente membros de redes que se reproduzem em níveis de integração nacionais, internacionais e transnacionais (RIBEIRO, 2008, p. 21).

Diante desse cenário de modernização e desenvolvimento econômico na Barra do Riacho, podemos afirmar que os pescadores exercem cada vez menos o domínio acerca das condições nas quais desenvolvem suas atividades tradicionais. Mais do que isso, acompanham uma mudança na Barra do Riacho que implica também no surgimento de

novos atores – *outsiders* transformados em *insiders* graças ao melhor posicionamento no ciclo de desenvolvimento econômico que se delineia com a chegada dos novos empreendimentos.

Dessa forma, compreendemos que o sucesso do pescador na manutenção da sua atividade tradicional e por consequência, das suas condições de vida, acaba por extrapolar as habilidades e conhecimentos relacionados diretamente com a pesca. Seguindo nesta direção, as habilidades requeridas para o trabalho na indústria (como um curso básico, o ensino médio concluído ou um curso técnico) passam a contar como um coringa a ser lançado durante os períodos de escassez do pescado e ampliação das dificuldades na pesca. Dessa maneira, do mesmo jeito que um pescador pode abrir mão da sua licença para exercer outra atividade que nada tenha a ver com a pesca para garantir sua sobrevivência; por outro lado aquele sujeito que não traz consigo essas outras habilidades que lhe permitam transitar além da pesca acaba por ser confinado ao estigma subjacente àqueles que não se adaptam à nova ordem econômica que surge.

De certa maneira é como se os pescadores tivessem por opção se tornar mais pescadores – e assumir as dificuldades e os estigmas que jazem sobre a atividade *outsider* da ordem industrial – ou menos pescadores – e migrar para outras atividades disponíveis e possíveis diante de suas capacidades.

Ao passo que sua sobrevivência também passa a depender de quão apto ele se encontra para desenvolver atividades além da pesca, em um sentido parecido com aquele que Bourdieu descreve da seguinte maneira:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ele exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer (BOURDIEU, 2003, p. 125).

Esse processo de assumir a pesca enquanto forma específica de estar no mundo pode ser observada também nesse outro relato do pescador x, que ciente do impasse diante do qual se encontra, consegue romper o cerco do estigma se afirmando enquanto sujeito de direitos da seguinte forma:

“Porque o meu direito, de sobrevivência, tem que existir. O meu direito de trabalho eles tem que respeitar esse direito que eu tenho, essa forma de trabalho eles não podem me tirar. E se eles tão tentando desviar essa parte, tomando, é o que eu falei, eles tem que entrar com outra medida compensatória. E não to querendo cesta básica não. Não quero viver de

cesta básica não. Eu quero trabalhar pra mim ter condições de levar meu filho no cinema. Pescador pode fazer isso, dar uma condição melhor de vida pros filhos, dar uma educação, pagar um curso técnico. Pescador pode fazer isso. Desde que ninguém venha me atrapalhar, desde que empresa nenhuma venha me atrapalhar” (Entrevista realizada em março de 2015)

Assim, voltando à Bourdieu, compreendemos que o rompimento desse “cerco simbólico” passaria, pelo seguinte processo:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ele exerce têm em jogo não, como se diz, a conquista ou reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer (BOURDIEU, 2003, p. 125).

Nesse sentido as trajetórias dos pescadores da Barra do Riacho parecem fornecer chaves para essa compreensão. Impactados pelos efeitos de grandes projetos desde meados da década de 1970, a atividade pesqueira se desenvolveu em conjunto com a própria atividade industrial e as vicissitudes por ela criadas. Diante do cenário exposto a persistência da atividade pesqueira na Barra do Riacho poderia até causar surpresa. Embora a tônica do discurso dos pescadores seja que “a pesca está acabando” o que parece ser comprovado pela crescente escassez de pescado, por outro lado já ouvi dizer também que “a pesca está sempre acabando”. O pessimismo diante da atividade parece ser a tônica da reflexão dos pescadores, mas sua lida cotidiana com as intempéries – em mar e em terra – também fornece um testemunho no sentido contrário, apontando para a sua resistência (ou resiliência) frente às adversidades.

### **Bibliografia:**

A Reconfiguração de Territórios no Espírito Santo pelas Atividades Petrolíferas. In: **Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (org)**. 50 Anos da Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Indústria Petrolífera no Brasil: Conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal. Fase, Rio de Janeiro, 2013

BIS, Leonardo. **Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação**. In Ambiente e Sociedade v. XII, n. 1; p. 133-150. Campinas, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva. (1979 [1963]).

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DIEGUES Antonio Carlos **Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços Naturais** In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento** (orgs) 1997 São Paulo, Cortez Editora, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do Mar**, São Paulo Atica 1983.

DOXSEY, MARTINS; J. R, AG, **Diagnóstico da Pesca no Estado do Espírito Santo** SEAP, 2005.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**; Rio de Janeiro: Jorge Zahar . 2000.

IEMA, **Ata da Audiência Pública – Instalação do Estaleiro Jurong**. 03-02-2010

IVO, Anete. **O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: do mito fundador ao novo desenvolvimento**. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago. 2012.

LOUREIRO, Klítia **A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya**1Revista Ágora, Vitória, n.3, 2006, p. 1-32.

MACROPLAN **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo: Cenários Exploratórios para o Espírito Santo no Horizonte 2006-2025**. Macroplan, Vitória 2006.

MARACCI, Marilda Teles: **A Apropriação de Territórios Para Monocultura de Eucalipto, Impactos Socioambientais e Conflitos Territoriais no Espírito Santo – Brasil**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina 2005 – Universidade de São Paulo.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. **Guerra e paz no Espírito Santo: Caboclisto, Vadiagem e Recrutamento militar das populações indígenas provinciais (1822 – 1875)**. XXIII Simpósio Nacional de História. Simpósio: Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdisciplinares. 2005.

RIBEIRO, Gustavo; **“Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento”**: Revista de Antropologia, n34 São Paulo 1991.

RIBEIRO, Lins G. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento** Novos estud. - CEBRAP no.80 São Paulo Mar. 2008.

SOUZA CRUZ, Deivison. **Diagnóstico Sócio-Cultural-Economico da População Pesqueira do Litoral Capixaba**. SEAP 2005

TRIGUEIRO, Aline e KNOX, Winifred. **A virtuosidade do progresso e outras “histórias para boi dormir”**: a pesca artesanal e os reflexos do desenvolvimentismo no ES. In Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciência Social, 2013, Águas de Lindóia, São Paulo. Anais eletrônicos.

ZORZAL IJSN **Trajectoria político-institucional recente do Espírito Santo** in Espírito Santo: Instituições, Desenvolvimento e Inclusão Social – Instituto Jones dos Santos Neves, Vitória 2010.

**A Reconfiguração de Territórios no Espírito Santo pelas Atividades Petrolíferas**. In: **Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara** (org). 50 Anos da Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Indústria Petrolífera no Brasil: Conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal. FASE, Rio de Janeiro, 2013.